

REVISTA PORTO

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 1 | Número 1 | Dezembro 2011

Uma nova paisagem para a cidade: considerações sobre a elaboração do Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal (1924)

A new scenery and structure for the city: notes on the formulation of Master Plan of Sanitation Works of Natal (1924)

George Alexandre Ferreira Dantas

*Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura – UFRN.
Doutor em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo – USP.*

Revista Porto 1 (1): 80- 110 [2011]

Recebido em 26/08/2011. Aprovado em 30/09/2011.

Revista Porto

Resumo: Este artigo discute as relações entre a proposição do Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal (elaborado pela equipe técnica chefiada pelo engenheiro Henrique de Novaes, em 1924) e o processo de transformações por que passava a cidade nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, descreve e analisa, de maneira mais detida, os esforços de reorganização dos serviços urbanos da capital na primeira metade da década de 1920, estruturados principalmente a partir da ação do poder público estadual; a pauta modernizadora do governo estadual de José Augusto e suas ênfases nos temas da saúde e do saneamento, assim como suas implicações para o espaço urbano; por fim, discute a construção do plano como peça técnica em que se cruzam representações, esforços institucionais, anseios de modernização e os saberes do campo profissional do urbanismo (sanitarista), configurando assim novas maneiras de olhar, de nomear e de transformar a paisagem e a estrutura urbana.

Palavras-chave: Henrique de Novaes, serviços urbanos, Comissão de Saneamento de Natal.

Abstract: This paper aims to analyze the relations between the proposal of *Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal* (Master Plan of Sanitation Works of Natal, Brazil, elaborated by a technical board headed by Enginner Henrique de Novaes) and the urban transformations process in the beginnings of XXth century in Natal, capital of Rio Grande do Norte state. Therefore, it discusses: first, the efforts to reorganize the public services (such as lighting system, water supply, and transportation on trolley cars), chiefly due to the investments set aside by state government in the first half of twenties; consequently, the articulation of Education and Sanitation into modernizing agenda of José Augusto (State Governor between 1924 and 1928) and, furthermore, their implication onto urban space. Finally, it discusses the urban plan on its own and as an arena in which representations, modernization desires, institutional efforts, and urban planning set of ideas (specially on sanitation) were articulated. The master plan would configure thus new ways towards seeing, describing and, above all, changing urban structure and skyline.

Keywords: Henrique de Novaes, public urban services, Sanitation Comission of Natal city.

Considerações iniciais¹

O ano de 1924 foi muito significativo, simbólica e materialmente, para o processo de transformações urbanas por que a cidade de Natal passava e ainda passaria nos anos seguintes. Ano do início da administração estadual de José Augusto Bezerra de Medeiros, cuja ênfase nos temas da educação e do saneamento já estava marcada em seu discurso de posse; de assunção do intelectual Manoel Dantas à presidência da Intendência Municipal de Natal, o que renovou as esperanças, pelo menos entre a elite letrada local, de acabar de vez com o “aspecto quase primitivo” da cidade, dotando-a de “grandes melhoramentos”, depois de anos de poucos investimentos em obras públicas;² da maior difusão e discussão nas “províncias”, Natal incluída, do movimento modernista, principalmente a partir da divulgação da plaquete “A arte moderna”, de Joaquim Inojosa – resenhado por Câmara Cascudo – e da carta de rompimento de Graça Aranha com a Academia Brasileira de Letras; do início da profícua correspondência entre Mário de Andrade e Cascudo; enfim, do alargamento da vida cultural em uma cidade cujo tecido social se tornava mais complexo e se politizava.³

Mais ainda, ano – se é possível delimitar com precisão o início de processos históricos – de retomada do “projeto” de modernização urbana que vinha sendo

¹ Este artigo é uma versão revista e atualizada do capítulo 3 da dissertação, intitulada *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*, defendida em outubro de 2003 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP). Tentei, sempre que possível, indicar ao longo do texto novas leituras e pesquisas realizadas que ajudam a aprofundar e ou iluminar outros aspectos sobre alguns temas aqui tratados.

² IMPRESSÕES do domingo, *A República*, Natal, n.100, p.1, 06 maio 1924.

³ SOARES, Jamilson A., *Fragments do passado: um (re)leitura do urbano em Natal na década de 20*, dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Natal, CCHLA/UFRN, 1999, em especial o capítulo 3; ARAÚJO, Marta M., *José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante*, Natal: EDUFRN, Assembléia Legislativa do RN, Fundação José Augusto, 1998; ARAÚJO, Humberto H., *O lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes*, Natal: Fundação José Augusto, 1997; Idem, *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*, Natal: Universitária, 1995. Mais recentemente, o professor Tarcísio Gurgel abordou de maneira circunstanciada a chamada “Belle Époque” no Rio Grande do Norte, enfatizando os desenvolvimentos da vida literária, sobretudo em Natal, cf. GURGEL, T., *Belle Époque na esquina: o que se passou na República das Letras potiguar*, Natal: ed. do autor, 2009; e a historiadora Márcia Marinho investigou a formação das sociabilidades e as novas expressões de lazer no início do século XX, cf. MARINHO, Márcia, *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense*, Natal: Edufrn, 2011.

articulado desde o final do século XIX. Retomada que, como se pretende discutir neste artigo, embora relacionada às discussões e propostas urbanísticas anteriores e ao enfrentamento do quadro de fragilidade e precariedade dos equipamentos e do fornecimento dos serviços urbanos, constituiu-se também em novas bases (discursivas e técnicas).

Nesse sentido, a criação da Comissão de Saneamento de Natal (CSN) e, principalmente, a elaboração do Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal, realizado pela equipe chefiada pelo engenheiro Henrique de Novaes⁴ nesse mesmo ano, podem ser considerados marcos desse processo, num momento de culminância e síntese dos debates técnicos sobre a cidade produzidos no início dos anos 1920. Podem ser tomados também como fatos ou eventos privilegiados para discutir os vários temas articulados então; como um primeiro esforço de materialização dos antes difusos esforços de constituição e consecução de um projeto – agora sem aspas – de cidade moderna. Em vez (apenas) das narrativas literárias, uma nova – outra – narrativa, extensa, sistematizada, codificada, arrogando-se neutra e racional, se impôs. A cidade, defendiam os técnicos, não seria apenas esquadrinhada, como faria o olhar médico, mas também e principalmente redesenhada, o que implicaria a paisagem e o traçado urbano do período colonial transformados, sob os imperativos do urbanismo moderno sanitaria.

A emergência do saber urbanístico nesse momento, configurando o primeiro plano de fato para a cidade de Natal, com uma lógica e uma estratégia discursiva e operativa próprias, o que significava também a defesa da neutralidade e da independência frente às estruturas administrativas municipais e estaduais, acarretou uma série de implicações para a conformação do espaço urbano em transformação e para a maneira de olhar, nomear e descrever esse próprio espaço. Implicações que dizem

⁴ Henrique de Novaes nasceu em Cachoeiro do Itapemirim-ES, em 1884; formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1903; foi prefeito de Vitória-ES em duas ocasiões (1916-1920 e 1945), onde coordenou o plano geral da cidade (1917) e o Plano de Urbanização (1931); trabalhou ainda em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Natal (FERREIRA, Angela L. et al., *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal 1850-1969*, Natal: IAB-RN, CREA-RN, 2008, anexo 4, p.275-276; NOVAES, Henrique de, *Reminiscências do Rio Grande do Norte*, Mossoró, s.n., 1987). A trajetória intelectual e profissional de Novaes, abrangendo múltiplas dimensões de um sujeito histórico de atuação em muitas cidades brasileiras, é tema da pesquisa de mestrado da arquiteta Anna Rachel Baracho, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

respeito tanto à formação do urbanismo como uma disciplina autônoma, às suas formulações, práticas e representações, quanto às discussões e propostas pré-existentes, aos anseios de construção de uma cidade moderna que se exprimiam em Natal, assim como nas cidades brasileiras como um todo, desde o final do século XIX.

Inscrito no horizonte dos debates mais eminentemente técnicos, assim como políticos e culturais, produzidos na cidade, o plano elaborado pela equipe chefiada por Novaes permite-nos discutir e entender, portanto, a retomada do projeto de modernização urbana para Natal. Para tanto, faz-se necessário expor, ainda que brevemente, os esforços empreendidos no início da década de 1920 para minorar o quadro de precariedade dos serviços e equipamentos urbanos; a “pauta modernizadora” e a estrita relação entre educação e saneamento durante a administração estadual de José Augusto, responsável direto pelo convite a Henrique de Novaes para chefiar a CSN e elaborar um plano para a cidade; e, por fim, as formulações do urbanismo sanitaria e sua influência na configuração do aparato e da paisagem urbana modernos das cidades brasileiras.

De todo modo, como problema metodológico, deve-se reconhecer que há uma série de meandros, interesses, intermediações, conscientes ou não, diretas ou não, entre as representações da cidade, os projetos elaborados, as intervenções realizadas e a forma urbana, que devem ser compreendidas (quando possível e mesmo em parte) antes de se estabelecer qualquer ilação. O foco aqui proposto – nos fatos e acontecimentos de um campo disciplinar delimitado e em formação, o urbanístico – estabelece um ponto a partir do qual se pode discutir como a cidade foi pensada, interpretada, tomada como objeto de vários saberes. Servem como ponto de inflexão, portanto, para entender os processos mais amplos de transformação urbana. Como bem delineou Manfredo Tafuri, essa abordagem reconhece que é possível “realizar uma análise puramente linguística de assentamentos com Radburn ou como as Green belt cities do New Deal americano. Contudo, um método como este [...] resultaria inadequado para colocar aquelas propostas em seu próprio contexto”.⁵ As propostas desenvolvidas pelo saber urbanístico

⁵ TAFURI, Manfredo, Introducción: el proyecto histórico, in *La Esfera y el Laberinto: vanguardias y arquitectura de Piranesi a los años setenta*, Barcelona: Gustavo Gili, 1984, p.24.

não surgem como mera consequência do ambiente social, político e ou cultural. Introduzem novos elementos no debate, influem nas maneiras de olhar, pensar, nomear e estruturar a cidade.

Esforços de superação da “crise” urbana: 1920-1923

Como já discutido,⁶ as discussões e as representações de crise surgidas no contexto do quadro de precariedade e fragilidade dos equipamentos e serviços urbanos marcaram decisivamente a virada para a década de 1920 em Natal, conformando um ambiente de insatisfação, inquietação e pessimismo ante tal realidade. O ano de 1920 talvez tenha sido o auge desse quadro, se considerarmos os relatos oficiais da própria administração estadual.⁷

A insuficiência de recursos impedira a construção de qualquer obra, lamentava-se o governador Antônio de Mello e Souza, limitando-se a seção de obras públicas aos reparos inadiáveis, como a reconstrução dos muros do orfanato João Maria e da Casa de Detenção, a conservação de algumas calhas de escoamento das águas pluviais e do motor do hospital Juvino Barreto, por exemplo. Obras de melhoramento e embelezamento estavam, reconhecia-se, fora da pauta orçamentária. Para agravar a situação, os serviços urbanos, a cargo da Empresa Tração, Força e Luz (ETFL), “alem de defficientes, [eram] também onerosos”. Frente ao não cumprimento das exigências contratuais, do não atendimento dos prazos para melhoria dos serviços, o governo estadual decidiu rescindir o contrato de cessão dos direitos de exploração dos serviços urbanos e penhorar os bens e as rendas da empresa para pagamento das multas. Com o abandono da direção da ETFL antes da execução judicial, a administração se viu obrigada a providenciar, às pressas, condições para o funcionamento mínimo dos

⁶ DANTAS, George A. Ferreira, Crise urbana em natal: impasses da modernização e saberes técnicos, *Revista Risco*, São Carlos, 2006, p.66-85 [disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/risco/n3/06.pdf>]

⁷ A pesquisa que secunda este artigo baseia-se em várias séries documentais (algumas incompletas): Mensagens de Governo do Rio Grande do Norte, documentos da Intendência Municipal de Natal (resoluções, códigos, comunicados) relatórios oficiais e excertos de instituições federais (como, e.g., o Ministério de Viação e Obras Públicas), periódicos locais (sobretudo A República, A Imprensa e Diário de Natal), além das peças técnicas originais (planos, cadernetas de campo, ilustrações, esboços e esquemas gráficos, etc.).

serviços de abastecimento de água, de iluminação elétrica e do transporte coletivo, com os bondes elétricos.⁸

Deve ter causado impressão tal fato. Ficar sem energia, sem água corrente, sem o bonde, sem a “alma da cidade”, significava, pode-se especular, voltar à condição de atraso e ignorância, de isolamento e retraimento social, sem a possibilidade do usufruto dos “espaços elegantes” à noite, do teatro, do cinematógrafo, das vitrolas. Voltava-se à (falta de) condição do período pré-republicano que as elites pretendiam superado, sujeitas ao abastecimento precário das fontes do período colonial, aos riscos dos “miasmas” e das águas estagnadas, ao perigo das noites escuras, aos deslocamentos a pé ou no lombo de animais que constrangiam a possibilidade de crescimento da cidade e não coadunavam com a imagem de modernidade dos automóveis e do bonde elétrico.

A insistência nas chamadas práticas abusivas, como a lavagem de roupas nos logradouros e fontes públicas, como o Baldo,⁹ parecem, à primeira vista, fundamentar ou justificar esse sentimento de retrocesso ou as representações de crise que se tornavam mais agudas. Por outro lado, tal insistência, mesmo depois de anos de repressão das autoridades policiais e sanitárias, pode ser reveladora da situação em que vivia parte significativa da população de Natal, sem condições (financeiras) de acesso ao aparato técnico da cidade moderna em formação. As estratégias de sobrevivência, como a lavagem de roupas, baseavam-se ainda no uso tradicional dos espaços da cidade. O que deve, no mínimo, servir-nos para relativizar e para entender o lugar (social e cultural) das formulações sobre a crise da cidade.

As crescentes dificuldades financeiras do estado e do município impediam, justificava-se, o pleno restabelecimento do fornecimento dos serviços. O tráfego dos bondes era cada vez mais irregular e, por vezes, nem mesmo acontecia. Ao longo de

⁸ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 01 de novembro de 1920* [Antonio J. de Mello e Souza], Natal, Typ. Commercial J. Pinto e Cia, 1920, p.37, 39-41. Sobre a Empresa Tração, Força e Luz (ETFL) e, de maneira mais abrangente, sobre o impacto da introdução da eletricidade para as transformações (culturais, sociais, técnicas, materiais) do espaço da cidade de Natal, cf. ANDRADE, Alenuska K. G., *A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e vida urbana em Natal (1911-1940)*, dissertação (Mestrado em História), Natal, CCHLA/UFRN, 2009.

⁹ “O dr. Inspector de hygiene, acompanhado do medico auxiliar desssa repartição, esteve hoje pela manhã, no ‘Baldo’, tendo prohibido, a bem da saúde pública, a lavagem de roupa n'aquelle logradouro público, [...] resolveram que alli permanecesse de plantão, diariamente, uma praça, afim de evitar a continuação dos abuzoz verificados” (PELA HYGIENE, *A República*, Natal, n.51, p.1, 04 março 1920).

1921, o governo estadual tentou, sem sucesso, a contratação de uma nova empresa concessionária (para os serviços urbanos de viação, iluminação pública e particular, telefonia, abastecimento d'água, remoção de lixo, drenagem das águas pluviais e fábrica de gelo) por meio dos reiterados editais de concorrência pública. Por fim, decidiu abrir um crédito extraordinário de 600 contos de réis por meio do decreto n.º 150, de 8 de setembro de 1921, encaminhado *ad referendum* do congresso legislativo, com o intuito de viabilizar a operação dos serviços básicos por parte da administração pública, reparando a maquinaria da usina elétrica e adquirindo o material necessário – fios de transmissão de energia, dormentes, motores e carros novos – à normalização do tráfego dos bondes.¹⁰

Essa decisão foi secundada pelo relatório produzido pela comissão técnica – da qual fez parte o engenheiro Henrique de Novaes – convocada para avaliar as condições dos serviços urbanos, em especial as da usina elétrica do Oitizeiro, em novembro de 1921. De forma significativa, as conclusões do relatório, cujos trechos principais foram publicados no jornal *A República*, levaram Manoel Dantas a escrever uma das sínteses mais contundentes desse período: “Retrocedemos a olhos vistos. [...]. A realização dos serviços de tracção, luz e esgotto é uma necessidade inadiável, porque, ou a cidade melhora os seus serviços, [sobretudo os citados], ou a cidade morre em que tanto importa a perda de sua atividade”.¹¹

A constatação técnica da precariedade serviu para definir prioridades e, assim, direcionar melhor os esforços e os poucos recursos disponíveis. Mesmo assim, o processo era muito lento e estava sujeito aos “embaraços de toda especie, entre os quaes o da falta de recursos não é o mais incommodo”, o que impedia a administração e o seu corpo técnico de atender a “paciente expectativa” dos natalenses. Dentre esses embaraços, os principais eram atribuídos às dificuldades de importação, aos atrasos na entrega dos materiais adquiridos – as peças de reposição dos motores, os carros novos, os fios de cobre da rede de suspensão dos bondes –, ou mesmo ao desinteresse das

¹⁰ EDITAIS, *A República*, Natal, n.145, p.2, 08 jul. 1921; RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da 1ª sessão da 11ª legislatura em 01 de novembro de 1921* [Antonio J. de Mello e Souza], Natal: Typ. Commercial J. Pinto e Cia, 1921, p.32-33.

¹¹ DANTAS, Manoel, Os serviços da cidade, *A República*, n. 247, p.01, 15 nov. 1921.

grandes fábricas em atender solicitações de pouca monta como as que eram necessárias para Natal.¹²

Os relatos esparsos as séries documentais a que esta pesquisa não conseguiu ter acesso¹³ não nos permitem acompanhar as minudências dos esforços pela superação da crise urbana instaurada da cidade. Deste modo, sabe-se que apenas em setembro de 1923 o tráfego dos bondes foi finalmente regularizado, ainda assim para o principal circuito (Alecrim-Petrópolis-Tirol-Cidade Alta). Tal fato só se tornou possível depois da criação, nesse mesmo ano, da Repartição de Serviços Urbanos (RSU), vinculada diretamente à Secretaria do Tesouro Estadual e dirigida pelo engenheiro mecânico e eletricitista Ulisses Carneiro Leão. Contudo, e apesar dos mais de 400 contos de réis despendidos apenas no reaparelhamento dos carros, o restabelecimento pleno dos serviços ainda estava distante no horizonte e dependia da expansão da capacidade de fornecimento da energia que, com poucas alterações, ainda era a mesma de 1911.¹⁴

Para além dos esforços de reorganização dos serviços urbanos, o enfrentamento do frágil estado sanitário da capital talvez tenha sido o tema que mais demandou atenção por parte da administração pública nesse período. No mesmo ano em que o médico Januário Cicco publicou o seu livro “*Como se higienizaria Natal*” (1920), o governo estadual apontava a necessidade de reformar, física e administrativamente, a Inspetoria de Higiene, cuja situação de precariedade era atestada por muitos. As duas salas instaladas no andar térreo do Palácio do Governo não dispunham ainda dos aparelhos de desinfecção, nem de espaço para os exames ou para vacinação. Ademais, com poucos funcionários, a noção mais abrangente de higiene pública defendida nos

¹² RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da 2ª sessão da 11ª legislatura em 01 de novembro de 1922* [Antonio J. de Mello e Souza], Natal: Typ. Commercial J. Pinto e Cia., 1922, p.46-47.

¹³ Como o acervo do jornal A Imprensa na década de 1920.

¹⁴ TRAFEGO urbano, *A República*, Natal, n.208, p.1, 13 set. 1923; RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da 2ª sessão da 11ª legislatura em 01 de novembro de 1922* [Antonio J. de Mello e Souza], Natal: Typ. Commercial J. Pinto e Cia., 1923, p.45-49; houve um incremento significativo nos recursos estaduais destinados aos “serviços urbanos”: de apenas 70 contos de réis, em 1920, para 384, em 1921, 1.314, em 1922, e 1.235 contos de réis, em 1923 (RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 01 de novembro de 1924* [José Augusto B. de Medeiros]. In *Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*, VIII, Coleção Documentos Potiguares, n.16, Natal: Fundação José Augusto, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, p.11-70, 1984).

documentos oficiais – que incluía a ação corretiva, educacional e ostensiva “para levar o asseio a todos os recantos e o conselho a todos os domicílios” – se tornava inexecutável: “com o que temos por ora é impossível fazer alguma coisa que com isso se pareça”.¹⁵

Com isso, os altos índices de mortalidade, em especial entre as crianças, se sucediam, configurando uma “verdadeira calamidade”, diria o governador Mello e Souza, em 1923. O inimigo à saúde da população e do próprio corpo urbano, tornava-se cada vez mais claro, não era externo, como já havia afirmado o próprio Januário Cicco, não irromperia nos portos ou nas estações (apesar da memória recente da devastação da *influenza* em 1918), mas espalhava-se nas más condições de vida, de habitação e de trabalho da maioria da população de Natal, na sua má alimentação e nos seus vícios, “causas principais da hereditariedade mórbida”. Inimigo que, diga-se, não se conhecia por inteiro: com assistência médica deficiente, 555 dos 963 óbitos registrados entre janeiro e novembro de 1923, por exemplo, ocorreram por “causas não determinadas ou mal definidas”. A propósito, o alto índice de óbitos consignados sem qualquer assistência médica apenas atestava as conseqüências das limitadas possibilidades de ação da Inspetoria. Em 1919, por exemplo, dos 861 falecimentos, 434 (50,4%) foram consignados sem assistência; entre outubro de 1920 e setembro de 1921, 218 (72,9%) dos 299 óbitos infantis enquadraram-se nessa categoria.¹⁶

Com o objetivo de reverter esse quadro, o governo estadual começou, a partir de 1921, um processo de reestruturação administrativa que, centrada então nos órgãos de higiene e assistência públicas, depois, já no governo José Augusto, englobaria toda a burocracia estatal, suas secretarias e departamentos, num esforço de descentralização. O primeiro passo foi a instituição de um novo regulamento para a Inspetoria de Higiene, que agora passaria a se denominar “Directoria Geral de Hygiene e Saúde Publica”, segundo o Decreto n. 148, de 1 de setembro de 1921. Subordinado diretamente ao

¹⁵ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 01 de novembro de 1920* [Antonio J. de Mello e Souza], Natal: Typ. Commercial J. Pinto e Cia., 1920, p.19-20.

¹⁶ Ibidem, 1920, p.19-20; Idem, 1921, p.15-17; Idem, 1922, p.27-28; Idem, 1923. Sobre a obra de Januário Cicco, Cf. FERREIRA, Angela L. et al., *Op. cit.*, 2008, p.79-89; DANTAS, George A. Ferreira, *Op. cit.*, 2006; LIMA, Pedro de, *Saneamento e Modernização em Natal: Januário Cicco, 1920*, Natal: Sebo Vermelho, 2003. Sobre a medicalização social da cidade de Natal, Cf. VIEIRA, Enoque G., *A construção da natureza saudável: Natal, 1900-1930*, dissertação (Mestrado em História), Natal, CCHLA/UFRN, 2008.

Governo Estadual e com jurisdição em todo o território do Rio Grande do Norte, o novo regulamento da Directoria reafirmava preceitos contidos nas normativas anteriores e, mais importante, ampliava a esfera de atuação do órgão sobre a vida privada, permitindo a fiscalização desimpedida das habitações, prédios comerciais e de serviços,¹⁷ especificando as situações que eram de sua competência e sistematizando a forma de enfrentar as epidemias e endemias – o que tinha uma relação direta com as formas de uso da casa e da rua.

Ampliava, da mesma forma, a abrangência de atuação sobre o espaço urbano, impondo normas – e punições quando do seu não cumprimento – para construções e reconstruções, para as habitações coletivas, para a limpeza pública, para o funcionamento de estábulos, estrebarias, matadouros, para as formas de enterramentos, exumações e cremações, etc.

Reorganizou-se também o serviço demográfico-sanitário, instrumento considerado essencial para mapear e esquadrihar a situação sanitária da cidade. Sucedem-se ações e proposições: em 1921 ainda, foi inaugurado o posto de profilaxia rural do Alecrim e nomeados o novo Diretor da Directoria Geral de Higiene e Saúde Pública e o novo Inspetor de Higiene. A publicação, a cargo da Comissão de Profilaxia, das normas federais para o saneamento predial e para o combate ao impaludismo (malária) endêmico em Natal teve grande ênfase em 1922. As primeiras, por tornar obrigatório e tentar popularizar as “instalações higiênicas adequadas” nas construções de prédios urbanos – como o vaso sanitário, os sifões e as tubulações para as redes de esgoto ou para as fossas sépticas; as normas contra o impaludismo, por sua vez, poderiam ter grande impacto na conformação do território da cidade, com as previsões de retificação dos cursos d’água, de aterro ou drenagem das áreas alagáveis, de abertura de valas e canais para o escoamento das águas ou mesmo de derrubada de matas nas chamadas “zonas palúdicas”.¹⁸

¹⁷ Cf. as atribuições do fiscal de hygiene (Cap. II, Art. 8, parág. 1 ao 14, do Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do RN, Decreto n. 148, de 1 de setembro de 1921) ou “da Polícia Sanitária” (Cap. IV, Art. 156 ao 172).

¹⁸ COMISSÃO de Saneamento e Prophylaxia rural, *A República*, Natal, n.105, p.1, 13 maio 1922; O IMPALUDISMO em Natal, *A República*, Natal, n.179, p.1, 13 ago. 1922.

Por fim, deve-se chamar a atenção, nessa seqüência de proposições estatais que tinham como eixo a busca pela “salubridade urbana”, para a publicação do regulamento para inspeção médica escolar no Rio Grande do Norte (incluindo a preparação dos professores para ensinar aos alunos preceitos sobre a higiene corporal, das habitações e das escolas), em 1923.¹⁹ Cada vez mais se reiterava um vínculo estrito entre higiene e educação, entre o ambiente saudável, natural e construído, e a possibilidade de desenvolvimento físico, intelectual e moral dos indivíduos. Como já discutiu a professora Marta Carvalho, a “gravidade da questão sanitária no país reforçava o poder persuasivo da propaganda educacional”.²⁰ Esse vínculo – e metáfora – seria levado a cabo no governo de José Augusto.

Mesmo assim, a situação do quadro sanitário de Natal pouco se alterou nesse período. Apesar da deficiente estatística demográfico-sanitária, não era difícil identificar uma das principais causas dos altos índices de mortalidade: as chamadas “molestias do aparelho digestivo”, produzidas pela ancilostomose e as verminoses em geral, doenças ligadas diretamente às condições precárias de saneamento. Das 903 pessoas que faleceram entre 1 de outubro de 1923 e 30 de junho de 1924, em Natal, mais de 43 % (392 pessoas) deveu-se a esse tipo de doença.²¹

Apesar de todos os esforços, concluía-se que, “sem exgottos e sem abundancia d’agua, muito pouco ou nada se poderá fazer em materia de hygiene”.²² Só haveria solução possível, afirmava-se, com um sistema estruturado e eficiente de abastecimento d’água e de esgotamento sanitário, base técnica complementar à educação necessária da população em hábitos modernos de higiene corporal e da habitação.

¹⁹ REGULAMENTO para inspeção medica escolar no Rio Grande do Norte, *A República*, Natal, n.113, p.1, 20 maio 1923.

²⁰ CARVALHO, Marta M. C. de, Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação, in DE LORENZO, H. C. e COSTA, W. P. da (orgs.), *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p.124.

²¹ RIO GRANDE DO NORTE [José Augusto B. de Medeiros], *Op. cit.*, 1924, p.27-28.

²² RIO GRANDE DO NORTE [Antonio J. de Mello e Souza], *Op. cit.*, 1923, p.30-32.

A “pauta modernizadora” do governo José Augusto

A ênfase na necessidade da construção das redes de saneamento, do esgotamento sanitário em particular, já aparecia nas formulações sobre a cidade desde o final do século XIX. Contudo, se, por vezes, essa ênfase serviu apenas como peça de retórica nos discursos “progressistas”, sem o vislumbre da sua materialização, agora, nos anos 1920 em Natal, seria tomada como condição imprescindível para a consecução do projeto de modernização urbana (e social e econômica) que se reestruturava.

A administração estadual de José Augusto Bezerra de Medeiros, que tomou posse em 1 de janeiro de 1924, foi crucial nesse processo.²³ Pode-se perguntar se independente dele, da figura política e intelectual de José Augusto, esse processo não teria sido encaminhado de alguma outra forma, tendo em vista o acúmulo de discussões sobre o saneamento da cidade, as proposições técnicas, como as do médico Cicco, ou mesmo os esforços empreendidos na administração anterior para reverter o quadro de “crise” urbana. Questionamento válido, quando se pensa no papel do “sujeito histórico”, na contribuição dos itinerários individuais ao meio cultural de uma época e às relações econômicas mais estruturais, por exemplo.²⁴

Embora não seja objetivo deste artigo analisar a contribuição individual de José Augusto – estudo já empreendido pela professora Marta Araújo²⁵ –, não se pode negar que a sua ação foi decisiva para viabilizar, e intensificar, os processos de modernização econômica e urbana. Ação mediada tanto pelos interesses econômicos do grupo político do qual fazia parte quanto pelas representações sobre progresso e civilização do ambiente intelectual que lhe formou e, depois, ajudou a construir e a disseminar. Nessas

²³ Deve-se lembrar que a ascensão de José Augusto ao governo do RN expressava também um deslocamento fundamental, na Primeira República, da ênfase econômica das atividades produtivas do estado do litoral açucareiro para o sertão agropecuário, produtor de algodão, novo motor da economia nordestina e potiguar, em especial (ARAÚJO, Marta M. de., *Op. cit.*, 1998; CLEMENTINO, Maria do L. M., *O maquinista do algodão e o capital comercial*, Natal: Ed. Universitária, 1986).

²⁴ SALGUEIRO, Heliana A., *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Sistema Estadual de Planejamento Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997, p.13-22; e LEPETIT, Bernard, A história leva os atores a sério?, in Salgueiro, H. A. (org.), *Por uma nova história urbana/Bernard Lepetit*, São Paulo: Edusp, 2001, p.227-244.

²⁵ ARAÚJO, Marta M. de., *Op. cit.*; embora não trabalhe com o conceito de “biografia intelectual” – como o discute Heliana Salgueiro (*Op. cit.*, 1997) –, Araújo aponta as relações entre o tema da educação e as reformas administrativas e urbanas empreendidas a partir de 1924, discussão mediada pelas representações culturais e pela formação de José Augusto.

representações, os temas da educação e do saneamento foram tomados como os eixos centrais para construir um (novo) projeto de modernidade, para civilizar o estado, sua capital e, principalmente, seu povo.²⁶

É importante lembrar que esses temas não eram vistos de maneira dissociada. Ao contrário, a noção de saneamento seria discutida, amiúde, para além das redes técnicas, como uma metáfora da regeneração do corpo nacional, cujo instrumento principal seria a educação. Para Belisário Penna, por exemplo, um dos fundadores da “Liga Pró Saneamento do Brasil” e “entusiasta pela educação”, a exemplo de José Augusto, o vínculo entre a salubridade da cidade, a moral da sociedade e o progresso do país era condição irrefutável. A higiene não mais revestiria um projeto repressor e nem o saneamento do país era apenas uma tarefa técnica, de construção de redes de esgoto e abastecimento d’água, mas principalmente de “saneamento physico, moral e intellectual dos seus habitantes”. A “proverbial e decantada” indolência do brasileiro não se devia ao clima tropical ou ao caldeamento racial, afirmava, mas à doença, à ignorância e ao vício de alimentação. Como se formar como nação se boa parte de sua população, como a sertaneja, vivia abjetamente “em ranchos de palha ou de taipa, inçados de barbeiros, de percevejos e de piolhos, dormindo promiscuamente paes e filhos em giráos de páos roliços, sobre enxergas de palhas de burity, sem noção de asseio rudimentar, sem utensilios dos mais comezinhos, [...], alimentando-se deficientemente, innumeros delles apenas com raizes, peixe, farinha e caça”, perguntava-se Penna. O saneamento do Brasil era antes de mais nada um problema de educação e organização social do país – que não havia sido contemplada pela “comédia democrática” da República – e que exigia a

²⁶ José Augusto esteve associado à criação da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, em 1911, e à da Escola Doméstica, em 1914; alguns dos principais trabalhos na área de história da educação, como os de Jorge Nagle e Vanilda Paiva, destacam o papel de José Augusto como um dos principais políticos nacionais a exprimir o ideal de reforma educacional no Brasil: participou ativamente da campanha de alfabetização (1915-23), como presidente da comissão de instrução pública da Câmara Federal, e da criação da ABE em 1924 (associação na qual seria presidente décadas depois, em 1943, 1957 e 1960-61); além de ter publicado “Pela Educação Nacional” (1918) e “Eduquemo-nos” (1922), esteve vinculado às publicações da Revista Educação (1922-24) e da Revista Brasileira de Educação (1929) (ARAÚJO, Marta M. de., *Op. cit.*).

fixação do homem no campo, evitando o congestionamento das cidades e o abandono das áreas rurais.²⁷

Não é à toa que citamos as formulações de Penna. Além de visitar Natal em 1924 e 1927 para divulgar suas idéias, o conjunto de temas e preocupações que lhe moviam demarcam um ambiente intelectual comum a José Augusto. Distante das imprecações “antioligárquicas” e anti-republicanas – ou, pelo menos, contra o modo como a República se fazia no Brasil – dos tempos de estudante de Direito na Faculdade do Recife, no início do século XX, José Augusto se aproximou cada vez mais da discussão da renovação da nação por meio de uma “educação integral” e se tornou uma das suas principais vozes. Educação para os tempos modernos, afirmava-se: a contraparte necessária para viver em um novo meio, saneado, de regras claras de trabalho e de higiene individual e coletiva.²⁸

O que, no governo José Augusto, buscar-se-ia concretizar por meio das reformas: do aparelho burocrático do estado nos “moldes da fábrica moderna” – com a criação de departamentos descentralizados, como o de Saúde Pública, de Educação e de Agricultura e Obras Públicas; da instrução pública baseada no ideário escolanovista;²⁹ e, principalmente, por meio da reforma urbana da cidade.

Em 1924, as ações se intensificaram nesse sentido. A Diretoria de Higiene recrudescceu a sua ação, marcada pela análise de que “a defesa sanitária de Natal está por fazer”; submeteu, segundo o Regulamento do Serviço Sanitário, a cessão de licenças para construção e reformas prediais ao das autoridades sanitárias constituídas, que tinham o poder de suspender as obras irregulares e multar os infratores.³⁰ Iniciou, também, campanha e ações contra o uso incorreto das redes de coleta de águas pluviais que, na Ribeira, estavam sendo utilizadas para o despejo das águas servidas, do lixo e

²⁷ PENNA, Belisário, *Saneamento do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918, p.07-58 *passim*.

²⁸ CARVALHO, Marta M. C. de, *Op. cit.*, 1997, p.124-128.

²⁹ ARAÚJO, Marta M. de., *Op. cit.*, 1998.

³⁰ VARIAS - DIRECTORIA de Hygiene, *A República*, Natal, n.6, p.1, 08 jan. 1924; [Sem título], *A República*, Natal, n.11, p.1, 13 jan. 1924.

dos resíduos sólidos, que comprometiam a drenagem do bairro e, conseqüentemente, deixava-o novamente à mercê das inundações:

Da ligeira inspeção procedida em estabelecimentos comerciais, hotéis e restaurantes, casas particulares, etc., verificou-se que poucos possuem fossas para coleta de águas servidas e materiais fecaes. Muitos destes detritos foram, criminosa ou abusivamente, canalizados para o exgotto de águas pluviaes, *infeccionando as galerias, e, por este meio, infeccionando a cidade*, outros são collectados em fossas absorventes abertas na areia, em contacto com o lençol d'água permanente, sem nenhuma condição de asepcia.³¹

Com uma atuação limitada da Intendência Municipal,³² a Diretoria de Higiene assumiria cada vez mais a responsabilidade para normatizar e fiscalizar o uso e a ocupação do solo em Natal, afirmando a cientificidade e a importância do rigor das medidas sanitárias que, defendia-se, “devem ser levadas até o fim, sem que interesses particulares prejudiquem sua eficácia”.³³

Dentre as muitas proposições a ações, é importante registrar: a proibição da construção de estábulos e estrebarias na “zona urbana central”, evitando assim mais um uso que trazia consigo a proliferação de moscas, “transmissoras de tantas doenças, que encontram nas estrumeiras as mais favoráveis condições para a sua procreação e desenvolvimento”; a assunção da responsabilidade pela cessão dos direitos de exploração do serviço de limpeza pública, antes a cargo do Tesouro estadual; a exigência do “habite-se” e a publicação das normas para a sua verificação e cessão; a regulamentação sobre o uso, formato e materiais adequados para a construção de fossas sépticas – para as áreas da cidade que não seriam atendidas a princípio pelo projeto de

³¹ [Sem título], *A República*, Natal, n.17, p.1, 20 jan. 1924; grifos nossos.

³² Apesar dos muitos esforços (que se revelam, por exemplo, na formulação e edição das muitas resoluções municipais desde 1892), a Intendência se tornaria um órgão mais atuante e efetivo apenas a partir da administração do engenheiro Omar Grant O'Grady (1924-1930). Sobre esse assunto, Cf. DANTAS, George A. Ferreira, *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*, dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Carlos, EESC-USP, 2003. As pesquisas do professor Raimundo Arrais e do historiador Renato Marinho (dissertação em desenvolvimento no PPGH/UFRN) têm lançado novas luzes sobre a atuação da Intendência Municipal de Natal, permitindo reavaliar sua importância nesses processos de modernização e normatização urbanas nas primeiras décadas do século XX.

³³ [Sem título], *A República*, Natal, n.18, p.1, 22 jan. 1924.

esgotamento sanitário do plano elaborado por Novaes; e a proibição da construção de casas geminadas.³⁴

A reforma administrativa, implementada pelo governo estadual em junho de 1924, com a criação de departamentos – termo muito utilizado pelo sistema de organização da indústria moderna³⁵ – que, a princípio, atuavam de forma mais autônoma (embora coordenados pela Secretaria Geral), não alterou o ritmo das atividades dos órgãos de higiene pública. A propósito, não se deve esquecer que autonomia de ação era uma prerrogativa defendida pelos profissionais que dirigiam esses órgãos.

Nesse aspecto, não houve alteração de fato no perfil de atuação do, agora, Departamento de Saúde Pública. Em julho desse mesmo ano, por exemplo, resolveu dividir a cidade em zonas para facilitar os trabalhos de inspeção e recenseamentos. Zoneamento ainda incipiente, mas que estabelecia instrumentos mínimos para o controle do espaço urbano. A proposta compreendia uma “zona urbana central” (Cidade Alta e Ribeira, da rua Silva Jardim ao córrego que passava do Baldo até o Oitizeiro e da avenida Deodoro e da rua São José até o rio Potengi), uma “zona urbana periférica” (Tirol, Petrópolis e Alecrim, até a avenida Alexandrino de Alencar) e a “zona suburbana” (Areia Preta, Rocas, Alto da Bandeira e demais localidades), além da “zona rural”. Ainda estabeleceu as proibições e punições aos que sujavam as vias públicas, com “lixo, cascas de fructas, papeis, etc.”, principalmente na zona urbana central; estendeu a exigência para todo o estado de um parecer sanitário para qualquer construção ou reforma realizada; e regulamentou e obrigou o uso de depósitos de lixo em todas as habitações.³⁶

³⁴ PELAS REPARTIÇÕES - Directoria Geral de Hygiene e Saúde Pública, *A República*, Natal, n.31, p.1, 10 fev. 1924; [sem título], *A República*, Natal, n.77, p.1, 05 abr. 1924; SOLICITADAS – TERMO de Contracto entre a Directoria de Hygiene e o cidadão Francisco Cardozo, *A República*, Natal, n.115, p.2, 24 maio 1924; PELAS REPARTIÇÕES – Directoria de Hygiene, *A República*, Natal, n.126, p.2, 06 jun. 1924; AS FOSSAS, *A República*, Natal, n.130, p.1, 11 jun. 1924, PELA HYGIENE, *A República*, Natal, n.134, p.1, 15 jun. 1924.

³⁵ Como lembra ARAÚJO, Marta .M., *Op. cit.*

³⁶ PELAS REPARTIÇÕES – Directoria de Higiene, *A República*, Natal, n.148, p.1, 04 jul. 1924; VARIAS, *A República*, Natal, .218, p.2, 25 set. 1924; PELAS REPARTIÇÕES – Departamento de Saúde Publica, *A República*, Natal, n.268, p.1, 25 nov. 1924.

Contudo, por mais rigorosa que fossem as normativas e por mais eficaz que fosse a atuação do departamento e de seus profissionais e funcionários, afirmava-se que sem a construção das redes técnicas do saneamento e sem a reforma da cidade existente, de seus espaços e construções insalubres, tais medidas não teriam efeito duradouro e permaneceriam como paliativos apenas. A necessidade de um plano para a cidade colocava-se na ordem do dia uma vez mais, como o instrumento necessário para “transformar a nossa capital, dando-lhe os elementos de higiene e conforto que ela está a reclamar para que se torne um centro de atração de capitalistas e homens de negócios que aqui podem e precisam vir colaborar conosco na obra de constante progresso de nossa terra”, diria o governador José Augusto ao justificar a criação da Comissão de Saneamento de Natal (CSN).³⁷

Instituída por meio do Decreto n.º 231, de 26 de abril de 1924, a CSN tinha o objetivo expresso de:

- a) estudar, projetar, instalar e organizar todos os serviços de abastecimento d’água, esgotos domiciliares e pluviais do Município da Capital e de outros que se quiserem aproveitar do auxílio do Estado para os mesmo fins;
- b) estudar e projetar a ampliação da cidade, dando os alinhamentos respectivos e fornecendo ao Tesouro do Estado e ao Município os dados técnicos para a venda e aforamento dos terrenos de propriedade do Estado ou do Município;
- c) organizar o cadastro da cidade;
- d) estudar e projetar as obras outras que lhe forem ordenadas pelo Governo do Estado, e requisitadas pelos municípios a critério do Governador.³⁸

³⁷ RIO GRANDE DO NORTE [José Augusto B. de Medeiros], *Op. cit.*, 1924, p.35.

³⁸ Determinações do Decreto n.º 231, de 26 de abril de 1924, que criou a Comissão de Saneamento de Natal (RIO GRANDE DO NORTE, *Op. cit.*, 1924, p.35).

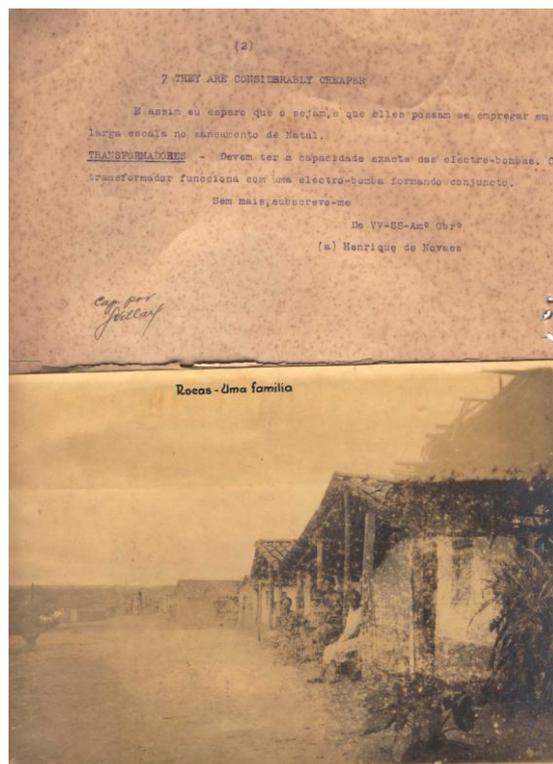


Figura 01: página do relatório da Comissão de Saneamento de Natal, com sobreposição de fotografia do bairro das Rocas (detalhe para o padrão da habitação popular)
Fonte: CSN, 1924, s/n (acervo Edgard R. Dantas)

A CSN pode ser considerada, deste modo, pelo menos nos seus termos de criação, como o primeiro órgão de urbanismo da estrutura administrativa local. A normatização e as propostas de transformação do espaço da cidade não aparecem mais atreladas apenas aos imperativos da “higiene” ou da medicina social. Embora o discurso de José Augusto, por exemplo, ainda faça referência a temas de sabor oitocentista, como os “elementos de higiene e conforto” – constitutivos também, é certo, da formação do moderno saber urbanístico – não deixa de ser reveladora a sua preocupação para que o plano contemplasse as necessidades de circulação dos “homens de negócio”. Temas caros ao discurso dos urbanistas assomaram então à esfera de debates: a circulação de pessoas e mercadorias, a necessidade de prever e determinar a forma de crescimento da cidade e, principalmente, uma abordagem que contemplasse de forma abrangente a cidade e o seu território – como suporte físico para as atividades econômicas e sociais.

O plano elaborado no âmbito da CSN representou, ademais, a primeira tentativa de consubstanciação do projeto de modernização empreendido pelas elites para

Natal. Para o governo de José Augusto, em particular, significou a (possibilidade de) materialização dos ideais de reformar – a cidade e os seus habitantes – por meio da educação e do saneamento. Enfim, a possibilidade de construir uma cidade moderna.

Conquanto logo tenham ficado reduzidos às contingências das receitas estaduais – solapadas, em 1924, não por uma grande seca, mas pelas chuvas fortes e as conseqüentes inundações que danificaram as estradas de rodagem e prejudicaram a produção do sal e do algodão –, os estudos e as propostas contidas no Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal constituíram-se numa importante referência para os debates, as reformas e os planos desenvolvidos nos anos seguintes.

Uma nova paisagem para Natal

Se não se pode pensar o lugar do Plano Geral das Obras de Saneamento de 1924 para Natal fora deste movimento mais amplo e geral no qual a questão sanitária – débil em todo o país – transformou-se em metáfora da condição nacional e a educação em obra de saneamento; se não se pode discuti-lo sem levar em conta as injunções políticas e econômicas que marcam os vínculos – muitas vezes determinantes para a consecução das propostas técnicas – entre os profissionais e os membros da classe dominante;³⁹ é certo também que o Plano operou com uma lógica própria que determinou ou influenciou a forma de ler, interpretar e intervir sobre o meio natural, sobre o espaço social e histórico da cidade.

O plano não foi portanto um reflexo condicionado das discussões, dos ideais ou das representações sobre a cidade moderna; ao contrário, ou melhor, em paralelo, introduziu novos elementos nesses debates, novas representações que se amalgamaram e se sobrepuseram às interpretações anteriores. Produzido por uma disciplina em formação, o discurso oriundo do urbanismo tem também os seus próprios procedimentos internos de controle e de delimitação, classificando, ordenando, distribuindo, construindo a validade dos seus termos e elementos, ou mesmo excluindo

³⁹ Topalov (Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX, in In Ribeiro, L. C. Q. e Pechman, R. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.23-51) discute que, a despeito da imagem de neutralidade e independência que projetam sobre si mesmos, os especialistas necessitavam do vínculo privilegiado com os membros das classes dominantes para poder se legitimarem socialmente.

aqueles que não se enquadravam em suas categorias.⁴⁰ O plano trouxe e impôs assim uma nova forma de discutir a cidade que, nesse caso, é tributária do urbanismo sanitaria e, particularmente, da formação politécnica no Brasil.⁴¹

Convidado a dirigir os estudos, os serviços e as obras que ficariam a cargo da CSN, o engenheiro Henrique de Novaes não era desconhecido ou “estrangeiro” na cidade. Conheceu Natal como engenheiro civil recém-graduado (pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se formou, em 1903), integrante da comissão federal (antecessora da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1909) chefiada por Sampaio Correia enviada ao estado para estudar e combater os efeitos da seca e concluir a estrada de ferro que ligaria a cidade de Ceará-Mirim a Natal. Chegara em março de 1904, num período de convulsão social, com a cidade invadida por milhares de retirantes que esperavam o embarque para os seringais do norte ou os cafezais do sul. Em suas “reminiscências do Rio Grande do Norte”, contrasta a rica descrição do Sertão com as poucas palavras que designam a “minúscula” e “atrasada” cidade.⁴²

Há registros de que teria feito um plano urbanístico para Mossoró-RN entre 1916 e 1917, durante o seu primeiro mandato como prefeito de Vitória-ES (maio de 1916 a janeiro de 1920), período em que coordenou o plano geral da capital capixaba e desenvolveu os projetos arquitetônicos da Catedral Metropolitana e do Ginásio Espírito-santense.⁴³ Em 1921 voltou ao Rio Grande do Norte para dirigir a seção local das Obras Contra as Secas,⁴⁴ cargo que ocupava quando recebeu o convite, em janeiro de 1924,

⁴⁰ Essa discussão baseia-se em FOUCAULT, Michel, *A ordem do discurso*, 8 ed., São Paulo: Loyola, 2002 [1970].

⁴¹ Sobre a obra de Saturnino de Brito e o papel fundamental do urbanismo sanitaria no processo de modernização das cidades brasileiras na Primeira República, Cf. ANDRADE, Carlos R. M. de, *A peste e o plano: o urbanismo sanitaria do eng. Saturnino de Brito*, 2 vols., dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, FAUUSP, 1992. Sobre a formação politécnica no Brasil, dentre várias obras, Cf. FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*, São Paulo: Fapesp, Edusp, 2005.

⁴² NOVAES, Henrique de, *Op. cit.*, 1987.

⁴³ LEME, Maria C. da S., *Urbanismo no Brasil 1895-1965*, São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999, p.473-474; o registro de um plano para Mossoró consta do prefácio das memórias de Novaes (*Op. cit.*, 1987).

⁴⁴ “Assumi a direção das Obras Contra as Secas neste Estado o dr. Henrique de Novaes, portador de um nome atacado com justiça na engenharia. [...]. Tendo principiado a sua carreira no Estado sob a

para estudar e projetar os melhoramentos materiais necessários “em conjunto e em detalhe”, para que pudesse ser executado de forma “racional e proveitosa”.⁴⁵

Dentre esses melhoramentos, que incluíam a construção e expansão da infraestrutura de circulação (as estradas de ferro e de “rodagem”), afirmava-se a prioridade da construção do sistema de abastecimento de água de Natal, “porque é o problema mais premente, do qual dependem outros que se prendem ao problema geral do desenvolvimento das forças econômicas do estado”.⁴⁶ Assim, os esforços pela transformação da cidade em uma capital, centro do poder econômico e político de fato, justificavam-se também na necessidade de pôr termo aos “perigos” a que estavam sujeitas as aglomerações urbanas mais densas.⁴⁷

A autorização para que o governo pudesse encomendar os estudos dos mananciais mais próximos e mais adequados ao abastecimento de Natal já havia sido expedida no ano anterior,⁴⁸ como uma das últimas deliberações da administração de Antonio de Mello e Souza no intuito de construir as condições necessárias para superação da “crise” urbana que, reiterava-se, ainda marcava o cotidiano da população. Afinal, condenadas pela leitura higienista, as antigas fontes que serviam ao abastecimento da vida urbana do período colonial, mesmo aformoseadas e vigiadas, como o Baldo, não eram mais suficientes, nem salubres, para o novo ritmo de crescimento que se pretendia imprimir à cidade.

Novaes encontrou um ambiente favorável para o desenvolvimento de seus trabalhos, sem disputas políticas e técnicas de relevo e sem impedimentos burocráticos. Assim, secundado pelos engenheiros (que formavam o corpo técnico auxiliar) José

direcção do dr. Sampaio Correia de quem foi o mais proximo auxiliar entre nós, [...]. O dr. Henrique de Novaes projectou e construiu a obra mais notavel do Brasil em cimento armado, o grande reservatorio do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro e que ainda hoje é um verdadeiro modelo technico; fez a revisão dos Estudos do Engenheiro Schnoor, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; realizou a exploração e organizou o projecto da Estrada de Pirapora a Belém, assim como o da cidade de Victoria, da qual foi prefeito, estudou e projectou a Estrada de Rodagem de Sta. Theresa a Sta. Leopoldina; e dirigiu a grande usina de Paineiras uma das mais perfeitas do Brasil, de produção de seis mil saccos diarios” (DR. HENRIQUE de Novaes, *A República*, Natal, n.180, p.1, 24 ago. 1921).

⁴⁵ [sem título], *A República*, Natal, n.14, p.1, 17 jan. 1924.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ RIO GRANDE DO NORTE [José Augusto B. de Medeiros], *Op. cit.*, 1924, p.35.

⁴⁸ PARTE OFFICIAL – Actos do Poder Legislativo, *A República*, Natal, n.274, p.1, 05 dez. 1923.

Candido Ferreira, Henrique Pyles, Carneiro Leão e Paulo Coriolano, e utilizando os instrumentos de medição e prospecção da IFOCS, Novaes pôde apresentar, em junho de 1924, o orçamento definitivo para a consecução das obras projetadas, agora no âmbito das atividades da CSN.⁴⁹

Chamado inicialmente para projetar o abastecimento de água de Natal, Novaes não se furtou, ao contrário, a propor um plano para a cidade existente – o que expressa a sua filiação à “tradição” do urbanismo sanitarista, a uma mentalidade e a um conjunto de procedimentos e pressupostos teóricos, cujo maior exemplo encontra-se nas propostas e obras de Saturnino de Brito. A proposta de um plano geral talvez seja o traço mais evidente dos vínculos que, de várias maneiras, uniam esses vários profissionais.

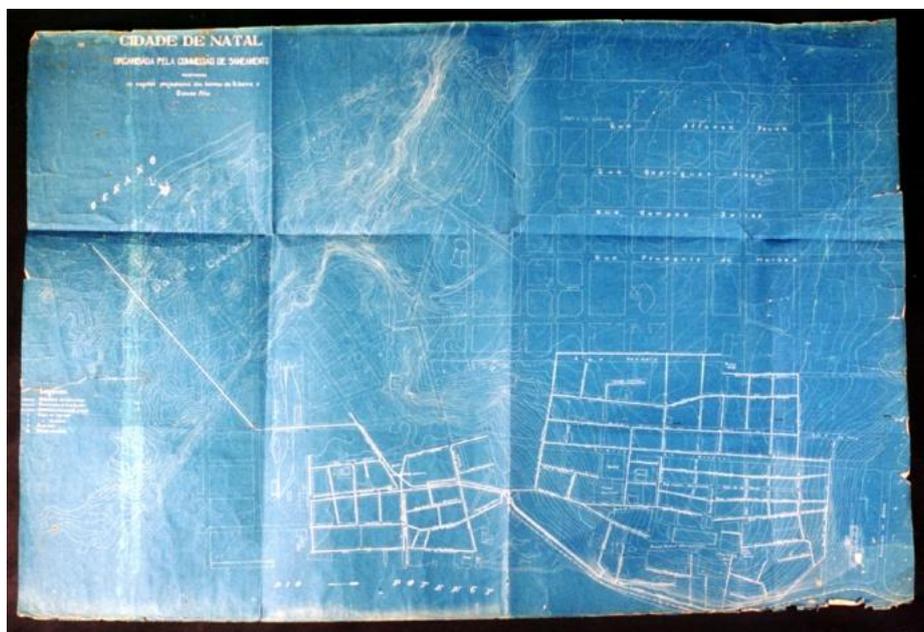


Figura 02: projeto da rede de saneamento para Cidade Alta e Ribeira (com indicação de emissário submarino), elaborado pela CSN. Inclue esboço para o que deveria ser um novo bairro operário, ao norte da Ribeira, reestruturando Rocas, Areal, Limpa e estendendo-se até a praia.
Fonte: Ferreira et al., *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal 1850 a 1969*, Natal: IAB-RN, CREA-RN, 2008, p.106-107.

⁴⁹ COMISSÃO de Saneamento de Natal, *A República*, Natal, n.142, p.1, 17 jun. 1924; RIO GRANDE DO NORTE [José Augusto B. de Medeiros], *Op. cit.*, 1924, p.36.

Assim, deve-se precisar que os termos do decreto que instituiu a CSN revelam muito mais essa filiação do que uma preocupação original dos administradores estaduais. Não à toa, a divulgação do primeiro relatório da CSN, assinado por Novaes, antecede a data de publicação do citado decreto.⁵⁰ O relatório já discute a solução, dentre as várias opções estudadas, para o abastecimento de água para Natal e para a rede de esgotos, com uma apresentação prévia dos seus respectivos orçamentos, além dos esboços para a reforma do traçado urbano da Cidade Alta e para os novos edifícios que abrigariam a administração e os equipamentos do sistema. Como não há um memorial justificativo do plano ou das propostas arquitetônicas, deve-se ressaltar que o relatório pode ser lido também por esse viés, como um documento que nos permite entrever as discussões, as representações, os pressupostos teóricos e as preocupações que o secundaram.

A exigência, ou melhor, a reivindicação da necessidade de um plano geral surgia portanto dentro do contexto do processo de constituição do urbanismo como uma disciplina autônoma; significava, ademais, demarcar um lugar preciso e exclusivo de atuação do técnico urbanista, uma esfera neutra, defendia-se, afastada das disputas políticas cotidianas; uma possibilidade de gerir os destinos da cidade e, assim, evitar o comprometimento das soluções técnicas devido ao crescimento desordenado e à sobreposição dos interesses particulares, como defenderia de forma veemente Saturnino de Brito, por exemplo.⁵¹

A elaboração do plano exigiu da equipe técnica um esforço amplo para a realização, em um tempo limitado e relativamente curto, tanto da identificação e da avaliação das possíveis novas fontes para o abastecimento d'água; do levantamento da demografia predial e populacional – os dados sobre a Ribeira e a Cidade Alta, por exemplo, foram apresentados em detalhes, rua a rua, enquanto que os das demais partes da cidade ainda estavam em “via de acabamento”;⁵² e, principalmente, do levantamento

⁵⁰ Em 04 de Abril de 1924, o Jornal A República divulgava que Henrique de Novaes havia concluído os estudos preliminares para o sistema de abastecimento de água da cidade, antes portanto da publicação do citado decreto, do dia 26 do mesmo mês.

⁵¹ ANDRADE, Carlos R. M. de, *Op. cit.*, 1996.

⁵² COMISSÃO DE SANEAMENTO DE NATAL, *Relatório de abril de 1924* [assinado pelo engenheiro Henrique de Novaes], datilog., Natal, 1924, p.02.

e sistematização da planta topográfica e cadastral de Natal. A cidade, e a região circundante de influência direta, é então decodificada em dados técnicos mensuráveis e, segundo a visão progressista da ciência, manipuláveis. A especulação cedia lugar à previsão exata das necessidades de abastecimento da cidade existente. Em paralelo, o estudo das fontes – baseado nos levantamentos sobre a profundidade média, presença e nível dos poluentes, velocidade de descarga e seção da vazão – indicavam as possibilidades de expansão física e demográfica da cidade sem sobrecarga no sistema. O abastecimento, assim que implementado, poderia atender, de imediato, a uma população de 45.400 habitantes, considerando apenas os bairros mais populosos (Alecrim, Cidade Alta, Ribeira e Cidade Nova). Essa previsão de fornecimento era superior, portanto, a demanda instalada.⁵³

Nesse sentido, apresentaria as discussões estabelecidas pela equipe técnica sobre as duas novas fontes consideradas mais viáveis: as lagoas do Jiqui e do Pitimbu. Henrique de Novaes optaria pela primeira não só pela melhor qualidade e maior quantidade de água (1.413.505 m³, ou seja, mais de 50 vezes o volume necessário para comportar a previsão de crescimento demográfico) ou pela sua distância dos centros habitacionais e da linha férrea (considerados elementos poluidores), mas principalmente pela maior eficiência e economia que a construção da adutora que levaria a água da lagoa ao reservatório central na Cidade Alta permitiria: de baixa pressão, era possível utilizar materiais mais econômicos em vários trechos da adutora.⁵⁴

Quer dizer, Exmo. Sr. Governador, que agora temos em JEQUY cerca de 52 vezes o volume de que necessitamos, de águas limpidas, o que nos authoriza a afirmar, levando-se em conta a capacidade de armazenamento da lagoa, que *ali temos mais do que o suficiente para a cidade, no grao de desenvolvimento imaginado, ou mesmo se lhe dobrando a população calculada.*

A linha adductora partindo da margem da lagoa, altitude de 6 metros, galga apos um kilometro apenas de desenvolvimento, o taboleiro na altura de 46,500 [metros], e se manterá depois nas proximidades desta altura até o kilometro 4. As pressões de trabalho são,

⁵³ Apesar dos dados imprecisos, Natal teria aproximadamente 35 mil habitantes em 1930 (DANTAS, George A. F., *op. cit.*, 2003, p. 125)

⁵⁴ COMISSÃO DE SANEAMENTO DE NATAL, *op. cit.*, 1924, p.03-09.

consequentemente, pequenas e dahi a possibilidade de uma canalisação economica.

[...]

Ora, como já assignalei a linha adductora da lagoa JEQUY é uma linha de baixa pressão, tendo varios trechos no grade plazometrico, nos quaes não há pressao interna dando-se o escoamento livremente. Pode-se portanto empregar um material mais leve com real economia. Assim, projectei, tambem, uma canalisação em cimento armado para entrar em competencia economica [...].

Para agir com absoluta segurança, [...], vou executar varios tubos de experiencia, que nos habilitará julgar das possibilidades de execução, dependentes da confecção e manejo das formas, da resistencia do tubo a pressão d'agua e ao transporte, e finalmente do seu custo real.⁵⁵

Esse tipo de discussão eminentemente técnica permeia, pela própria natureza do trabalho, todo o relatório. Mas daí é possível depreender, ainda que parcialmente, a implicação que a emergência desse novo saber - o urbanismo - teria para a compreensão, ou, mais ainda, para a construção da própria forma de compreensão dos problemas da cidade e, em consequência, para propor a sua transformação.

A preocupação com a eficiência, a economia e a exequibilidade (incluindo o teste das soluções propostas), por exemplo, é uma característica que marca a atuação de vários urbanistas de viés sanitarista no Brasil e que ajuda a explicar a concretização de muitos dos projetos de Saturnino de Brito.⁵⁶ A referência a Brito, mais uma vez, não é ocasional: influência no plano geral de Novaes para Vitória, em 1917,⁵⁷ o engenheiro é explicitamente utilizado como parâmetro (a partir dos dados do Plano de Saneamento do Recife, realizado entre 1909 e 1915) para aferir a excelência de sua proposta para o sistema de esgotos do bairro da Ribeira: “para confirmação dos numeros por nós determinados nos projectos de esgotos é justo que nos apoiemos em alheia experiência

⁵⁵ Ibidem, p.02; grifos nossos.

⁵⁶ ANDRADE, Carlos R. M. de, Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de idéias urbanísticas, In Ribeiro, L. C. Q. e Pechman, R. *Op. cit.*, 1996, p.304.

⁵⁷ MENDONÇA, Eneida M. S., O traçado de novos bairros em Vitória: repercussões do projeto de um Novo Arrabalde, in Leme, M. C. S. (Org.), *Urbanismo no Brasil 1895-1965*, São Paulo: Studio Nobel, Fupam, 1999, 183-195.

mormente quando ella é de um mestre reconhecido da especialidade, qual o illustre Engenheiro Saturnino de Brito”.⁵⁸

Essa aproximação em relação à “tradição” do urbanismo sanitaria e, em particular, à “teoria urbanística” e à prática de Brito se torna mais evidente nas suas soluções para o projeto urbano. A solução para as redes de saneamento não é entendida de maneira desvinculada da reforma da cidade existente e da previsão de seu futuro crescimento: “as obras de saneamento não se limitam somente ao abastecimento de agua e esgotos”, afirmaria Novaes,⁵⁹ incluiriam também o traçado de novas ruas, o aproveitamento dos terrenos alagados, a crítica e a reforma da cidade existente, pensada numa concepção de plano geral.

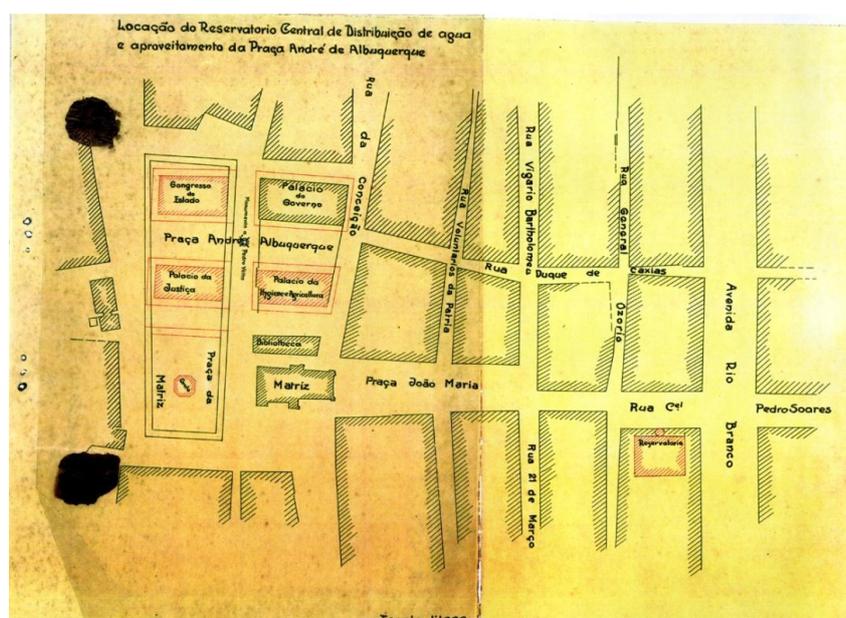


Figura 03: esquema gráfico de reestruturação de trecho da Cidade Alta, criando um centro cívico, com novos edifícios para a administração pública, e desdobrando a Praça André de Albuquerque em dois espaços distintos.

Fonte: Ferreira et al., 2008, p.103.

⁵⁸ COMISSÃO DE SANEAMENTO DE NATAL, *Op. cit.*, 1924, p.12.

⁵⁹ *Ibidem*, fl. s/n.

Mais ainda, faria dos elementos técnicos do sistema partes a compor, ordenar e transformar a paisagem natural e urbana. Nesse sentido, são muito significativas as propostas de transformação da Praça André de Albuquerque em um centro administrativo, destruindo a configuração do sítio primeiro de ocupação da cidade para a introdução dos edifícios do Palácio da Justiça, do Congresso do Estado e do Palácio da Higiene e Agricultura; de aproveitamento de um coreto na praça Leão XIII, na Ribeira, como uma estação elevatória; de construção de uma Avenida do Saneamento para receber o coletor geral dos esgotos; e de construção do reservatório central (que exigiria a demolição de um quarteirão inteiro) como o principal marco visual da cidade, com sua torre de quase vinte metros de altura, que suplantaria as torres das três igrejas da Cidade Alta.

Contudo, a intervenção no tecido urbano da cidade existente proposta pelo plano é, de maneira geral, sutil, pontual. No esquema gráfico da reforma da Cidade Alta, documento que compõe o já citado relatório da CSN, percebe-se que, à exceção do radical parcelamento da Praça André de Albuquerque e da implantação do reservatório central, não há nenhuma proposta, pelo menos nesse momento, de retificação das vias existentes, de realinhamento dos edifícios ou de regularização dos quarteirões.

No *blueprint* com as linhas gerais do projeto das canalizações de esgoto para os bairros da Ribeira e da Cidade Alta, incluindo a indicação do emissário submarino para despejo dos dejetos a 1,5 km da costa, percebe-se também a manutenção das linhas gerais do traçado urbano herdado do período colonial. Mesmo o novo traçado para o “Bairro operário” – localizado na chamada zona dos cômoros, a área de dunas ao norte da cidade, entre a Ribeira, o rio Potengi e o oceano – estruturava-se a partir do prolongamento das vias principais existentes.



Figura 04: panorâmica do bairro das Rocas, de tipologia arquitetônica popular e tradicional (com poucas exceções de casas “modernizadas”, com platibandas); em primeiro plano, área de manobra e manutenção da ferrovia.

Fonte: CSN, 1924, s/n (acervo Edgard R. Dantas)

Considerações finais

A proposta da CSN, entretanto, não significou uma inversão na lógica sanitária de pensar e submeter a forma urbana a partir da melhor solução das redes de saneamento. A adaptação dos preceitos urbanísticos a cada realidade era mediada pelo rigor técnico-científico, o que permitiria, por exemplo, como Novaes o faria para Natal, propor o aproveitamento dos terrenos alagados, no caso, a Lagoa do Jacob, nas Rocas, e os terrenos localizados nos fundos do teatro, na Ribeira. Ademais, não se pode deixar de mencionar que a flexibilidade dos projetos, adequando-os às condições materiais existentes – o que não deixa de revelar o pragmatismo da formação politécnica no Brasil –, faziam parte do conjunto de procedimentos dos urbanistas sanitaristas.⁶⁰

Há ainda um último aspecto a assinalar em relação ao conjunto documental que secunda o Plano Geral das Obras de Saneamento de Natal. Para além da representação técnica da cidade – traduzida na planta cadastral e topográfica, por exemplo, com a indicação do trajeto dos trens e dos bondes⁶¹ –, outro espaço, outra paisagem urbana

⁶⁰ Como Andrade (*Op. cit.*, 1996) discute a respeito de Saturnino de Brito.

⁶¹ O primeiro documento cartográfico de Natal desde o mapa do Atlas do Império do Brasil, de 1864 – considerando que nunca foi encontrada a planta cadastral levantada e organizada por volta de 1908; a mensagem de governo desse ano anunciava a conclusão do “primeiro trecho da carta da cidade” (RIO

pode ser entrevista nas fotografias que ilustram as páginas do relatório. A preocupação em esquadrihar, mapear e, por fim, construir o “diagnóstico” da cidade em crise acabou revelando uma paisagem que não era retratada nas suas representações oficiais, nas narrativas fotográficas de um Manoel Dantas ou que ilustram o livro de Rocha Pombo.⁶²

Mas, que cidade é essa que se revela nos documentos fotográficos da CSN? É, de fato, a cidade dos operários, daqueles que viviam às margens do porto e das atividades portuárias; mais ainda, dos que sobreviviam às margens do processo de modernização, das representações progressistas, que vivenciavam a crise da cidade moderna em formação, impedidos ou sem condições de acesso às, como se dizia, benesses e maravilhas do mundo civilizado (não à toa, é também um lugar onde o bonde não chegava). Esse espaço não era resquício do período colonial, não é a não-cidade tematizada pelas narrativas constituintes da história da cidade; é, isto sim, um espaço decorrente do próprio processo de modernização. O bairro das Rocas se configurou como um dos “espaços da pobreza” de Natal quando, no final do século XIX, começaram a recrudescer as normativas higienistas, com a conseqüente proibição das tipologias construtivas acessíveis ao (baixo) poder aquisitivo das camadas populares, como a taipa.⁶³

GRANDE DO NORTE, *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 01 de novembro de 1908*, Natal: Typographia d' A Republica, 1908, p.10).

⁶² As fotos de Manoel Dantas foram publicadas pelo arquiteto e professor João Maurício (MIRANDA, João M. F. de.. *380 anos de história foto-gráfica de Natal*, Natal: Universitária, 1981) e demandam nova edição crítica; o livro de Rocha Pombo (*História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922) é ilustrado por vários panoramas da paisagem urbana de Natal.

⁶³ SANTOS, Pedro A. de L., *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*, tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, FAUUSP, 1998.

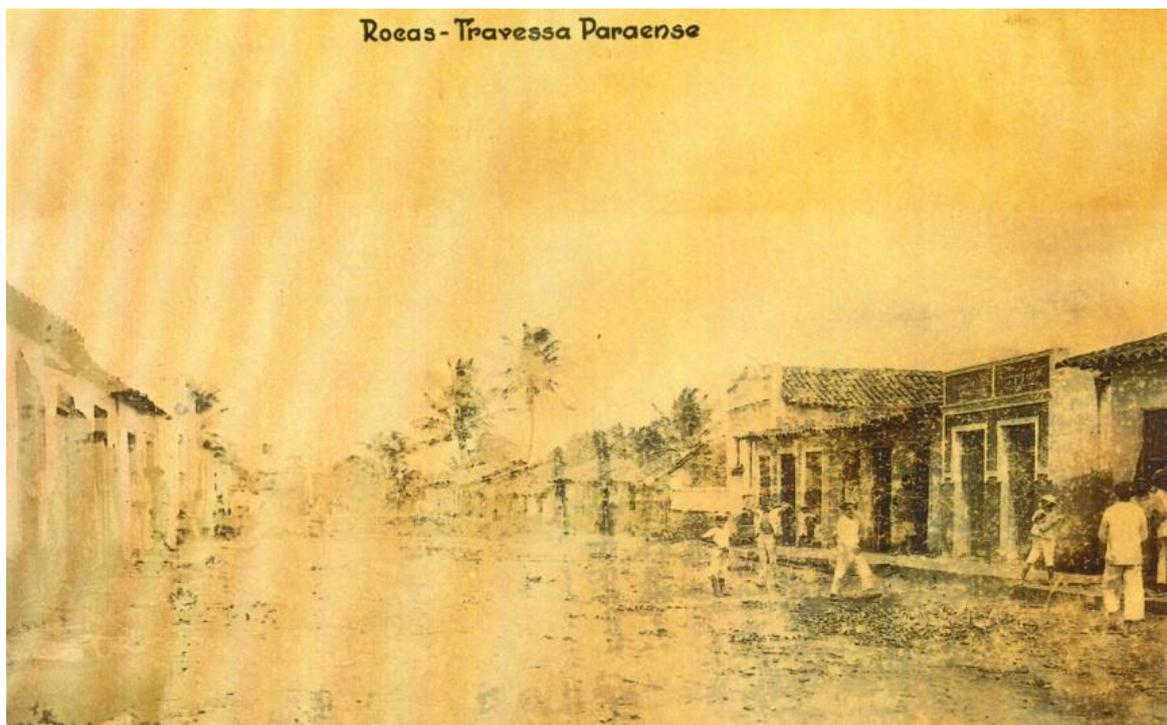


Figura 05: fotografia esbatida que compõe o relatório da CSN, enfatizando, mais uma vez, as condições de vida no bairro das Rocas.

Fonte: CSN, 1924, s/n (acervo Edgard R. Dantas)

As dificuldades financeiras foram maiores do que as possibilidades de execução do plano organizado por Henrique de Novaes. Em novembro de 1925, funcionando contiguamente à Repartição de Serviços Urbanos e já sob direção de Paulo Coriolano, ex-assessor de Novaes e engenheiro responsável pelos dois órgãos, a CSN encontrava-se com todo o material comprado e desembarcado para execução do projeto. Mesmo assim, apenas o saneamento do Oitizeiro e a perfuração de alguns poços tubulares haviam sido realizados.⁶⁴ Parte do sistema de abastecimento d'água, de esgotos e de canalização das águas pluviais na Ribeira (solucionando por alguns anos o problema de inundações no bairro) seriam concretizados nos anos seguintes.

Além do construído, as propostas de Novaes permaneceram no horizonte do debate político e, principalmente, técnico em Natal, informando diversas ações da

⁶⁴ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 01 de novembro de 1925* [José Augusto B. de Medeiros]. In *Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República*, VIII, Coleção Documentos Potiguaras, n.16, Natal: Fundação José Augusto, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, p.104-107.

administração do também engenheiro Omar O'Grady, constituindo-se como base (a partir da planta topográfica) para o Plano Geral de Sistematização do arquiteto Giacomo Palumbo, entre 1929 e 1930, e para o Plano Geral de Obras do Escritório Saturnino de Brito (que, por exemplo, incorporaria a proposta original de uma Avenida do Saneamento, a atual Avenida do Contorno), na segunda metade da década de 1930.

Agradecimentos

Ao professor Edgard Dantas pelo acesso aos originais do relatório da CSN, cujas partes (folhas, anexos, telegramas, fotos e desenhos) foram fotocopiadas e digitalizadas e constam do acervo desta pesquisa; à FAPESP (1999/03345-0), pela bolsa concedida; ao professor Carlos Roberto Monteiro de Andrade (IAUUSP, São Carlos-SP) e aos pesquisadores do HCurb (grupo de pesquisa em História da Cidade, do Território e do Urbanismo, do Depto de Arquitetura da UFRN).